

RE-CONEXÕES

Museus, governança
e sustentabilidade
na América Latina
e no Caribe

RESULTADOS E DECLARAÇÃO
ICOM LAC - DUBAI 2025

Português



RE-CONEXÕES
Encontro Regional
da Aliança ICOM LAC
Museus rumo a Dubai 2025

ICOM

conselho
internacional
de museus
LAC

CAF

BANCO DE DESARROLLO
DE AMÉRICA LATINA
Y EL CARIBE

ICOM

consejo
internacional
de museos

Português

ESPAÑOL

FRANÇAIS

ENGLISH



RE-CONEXÕES

Museus, governança e sustentabilidade na América Latina e no Caribe

RESULTADOS E DECLARAÇÃO
ICOM LAC - DUBAI 2025



RE-CONEXÕES
Encontro regional
da **Aliança ICOM LAC**
Museus rumo a Dubai 2025

ICOM

conselho
internacional
de museus
LAC



BANCO DE DESARROLLO
DE AMÉRICA LATINA
Y EL CARIBE

ICOM

consejo
internacional
de museos

Comitê editorial e de redação

Lauran Bonilla-Merchav (ICOM Costa Rica)

Édgar Ernesto González (ICOM Venezuela)

Nathiam Gabriela Vega Rodríguez (ICOM Venezuela)

Revisão de estilo

Jhon Mesa

Tradução (francês, inglês e português)

Martín Lerner

Conceito e design gráfico

Comunicações ICOM LAC

ISBN: 978-9930-00-588-0



2025

Aliança Regional do ICOM dos países da América Latina e do Caribe (ICOM LAC)

<https://ICOM-lac.mini.ICOM.museum/>

Facebook.com/ICOMLAC

Instagram: ICOM_LAC

LinkedIn: ICOM Latinoamérica y el Caribe (ICOM LAC)

SUMÁRIO - PORTUGUÊS

I RESULTADOS DAS RE-CONEXÕES ENCONTRO REGIONAL DA ALIANÇA ICOM LAC: MUSEUS RUMO A DUBAI 2025	9
Agradecimentos	11
1.INTRODUÇÃO	13
2. MARCO LEGAL E NORMATIVO	15
Normas internacionais	15
Normas regionais da América Latina e do Caribe	19
Normas e Diretrizes do ICOM	22
3. ESCOPO	25
Governança museológica na América Latina e no Caribe:	
mudanças governamentais, alianças colaborativas e redes	25
Portanto, e considerando	26
Recomendações	28
Sustentabilidade: museus, ambientes próximos e vinculação à Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável	31

Portanto, e considerando	32
Recomendações	34
 4. LINHAS DE AÇÃO	 39
Governança nos museus da América Latina e do Caribe	39
Sustentabilidade nos museus da América Latina e do Caribe	41
Formação museológica com enfoque ético	43
Integração regional em museus da América Latina e do Caribe	44
Participação comunitária ativa nos museus da América Latina e do Caribe	47
 5. FOCOS EM DESAFIOS TRANSVERSAIS	 51
Museus e mudança climática: riscos, mitigação e adaptação	51
Museus e a exclusão digital: transformação e acesso às tecnologias digitais	52
Museus e conflitos sociais: promoção da paz, do diálogo e da reconciliação	52
 II DECLARAÇÃO DO ICOM LAC 2025: MUSEUS, GOVERNANÇA E SUSTENTABILIDADE NA AMÉRICA LATINA E NO CARIBE	 55
Considerando	58
Declarações finais	61
Conclusão	66
Signatários	69
 CRÉDITOS	 71

I

Resultados das RE-CONEXÕES

Encontro Regional

da Aliança ICOM LAC:

Museus rumo a Dubai 2025

SANTIAGO DO CHILE, 21 A 24 DE OUTUBRO DE 2024

AGRADECIMENTOS

O desenvolvimento e a consolidação de um projeto como o Re-conexões foram possíveis graças à participação e ao apoio de diversos parceiros e atores. Entre eles, destacamos especialmente o patrocínio do Comitê de Análise de Subsídios Estratégicos do ICOM (SAREC). Do mesmo modo, foi fundamental a colaboração da Universidade do Chile e do Centro Cultural La Moneda, onde foram realizadas as jornadas do encontro. Cabe destacar também a valiosa participação do CAF – Banco de Desenvolvimento da América Latina e do Caribe na coprodução deste evento, cuja contribuição foi decisiva para as extraordinárias realizações que agora apresentamos nesta publicação.

A Diretoria da Aliança Regional do ICOM para a América Latina e o Caribe (ICOM LAC) expressa seus mais sinceros agradecimentos para todos os representantes dos comitês nacionais e aos nossos aliados por confiarem neste projeto - e por cada uma de suas contribuições, que tornaram possível “re-conectar” a museologia na região e abrir um novo capítulo para o ICOM LAC.

1.INTRODUÇÃO

Re-conexões. Encontro Regional da Aliança ICOM LAC: Museus rumo a Dubai 2025, realizado de 21 a 24 de outubro de 2024 em Santiago do Chile, reuniu representantes dos comitês nacionais do Conselho Internacional de Museus da América Latina e do Caribe (doravante, ICOM LAC), e especialistas, profissionais e atores-chave do setor museológico, os quais refletiram sobre os avanços e desafios enfrentados pelos museus na região. Nesse contexto, a Diretoria do ICOM LAC propôs temas fundamentais que foram juntamente abordados em profundidade com os participantes do encontro: a governança colaborativa, a sustentabilidade, a vinculação dos museus com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (doravante, Agenda 2030), a formação museológica e a participação comunitária. No Encontro foi reconhecida a importância de promover políticas culturais contextualizadas, participativas e adaptáveis para fortalecer a transparência na gestão e consolidar alianças estratégicas entre os setores público, privado e comunitário. Da mesma forma, foi destacado o papel do ICOM como mediador e impulsionador de padrões internacionais para a ética, a autonomia e a profissionalização dos museus.

Os museus da América Latina e do Caribe apresentam-se como atores essenciais na preservação do patrimônio, na promoção das identidades e da memória coletiva, bem como espaços de educação, inclusão e

transformação social. Diante de cenários regionais de fragilidade democrática e política, escassez de recursos e mudanças ambientais, sociais e econômicas, é imperativo reforçar a governança, a sustentabilidade e a integração regional nessas instituições.

Nesse sentido, os participantes do Encontro ratificaram o seu compromisso com os códigos éticos e a construção de um setor museológico mais dinâmico, adaptável, criativo, inclusivo, justo e sustentável, alinhado com princípios pensados a partir do local, em sintonia com a Agenda 2030. A través da reflexão crítica, do diálogo plural e da cooperação regional, busca-se consolidar os museus como agentes de mudança social e cultural, capazes de responder aos desafios do século XXI e contribuir para o bem-estar das comunidades e do planeta.

O presente documento detalha as discussões e o consenso alcançado durante o Encontro e estabelece as bases para a Declaração do ICOM LAC 2025: Museus, governança e sustentabilidade na América Latina e no Caribe. Além disso, espera-se que este documento sirva como guia para as visões, orientações e apostas dos museus da América Latina e do Caribe no âmbito da 27ª Conferência Geral do ICOM Dubai em 2025, em consonância com o lema do Dia Internacional dos Museus 2025: “O futuro dos museus em comunidades em constante mudança”, e muito mais além.

Santiago do Chile, outubro de 2024

2. MARCO LEGAL E NORMATIVO

O quadro legal e normativo da Declaração do ICOM LAC 2025: Museus, governança e sustentabilidade na América Latina e no Caribe baseia-se em uma ampla rede de convenções internacionais, acordos regionais e diretrizes profissionais. Esses instrumentos não apenas reconhecem o valor dos museus como entidades de custódia do patrimônio, mas também estabelecem princípios essenciais para sua governança, sustentabilidade e integração regional. Além de apoiar as ações propostas, essas disposições reforçam o compromisso dos museus da região com o desenvolvimento social, cultural e ambiental no século XXI. A seguir, apresentamos as principais normas:

Normas internacionais

1. Convenção sobre Medidas a Adotar para Proibir e Impedir a Importação, Exportação e Transferência Ilícitas de Bens Culturais (UNESCO, 1970)
 - Estabelece a necessidade de adotar medidas para proibir e impedir o tráfico ilícito de bens culturais entre os Estados.
 - Promove a cooperação internacional para a recuperação e restituição de bens culturais exportados ou transferidos ilegalmente.

2. Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural (UNESCO, 1972)
 - Enfatiza a importância de proteger o patrimônio cultural e natural como herança comum da humanidade
 - Frisa o papel dos museus na conservação e difusão desse patrimônio
3. Convenção sobre a Defesa do Patrimônio Arqueológico, Histórico e Artístico das Nações Americanas (OEA, 1976)
 - Declara o dever dos Estados americanos de proteger, conservar e respeitar o patrimônio arqueológico, histórico e artístico nos seus territórios.
 - Exorta a adotar medidas legais e administrativas para prevenir a apropriação, exportação e importação ilícitas de bens culturais na região.
4. Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC, 1992)
 - Cria a Conferência das Partes (COP) como seu órgão supremo.
 - Reconhece a existência das mudanças climáticas e estabelece o princípio das “responsabilidades comuns, mas diferenciadas”.
 - Estimula a ação cooperativa por meio de compromissos específicos, como a publicação de inventários nacionais de emissões, a implementação de programas de mitigação e o desenvolvimento de estratégias de adaptação aos impactos climáticos.

5. Declaração Universal da UNESCO sobre a Diversidade Cultural (UNESCO, 2001)
 - Afirma que o respeito pela diversidade das culturas, a tolerância, o diálogo e a cooperação, num clima de confiança e compreensão mútuas, são um dos melhores avaliados da paz e da segurança internacionais.
 - Confirma que os direitos culturais são parte integrante dos direitos humanos universais e que a defesa da diversidade cultural é um imperativo ético.
6. Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (UNESCO, 2003)
 - Incentiva a proteção do patrimônio vivo, que inclui tradições, expressões orais e práticas culturais.
 - Destaca o papel dos museus na documentação e promoção desse patrimônio.
7. Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais (UNESCO, 2005)
 - Reafirma o direito dos Estados de implementar políticas culturais que fomentem a diversidade.
 - Ressalta a importância dos museus como espaços de expressão e diálogo interculturais.
8. Acordo de Paris (ONU, 2015)
 - Sublinha a necessidade de limitar o aumento da temperatura global.
 - Incentiva a adoção de planos nacionais de ação climática e a cooperação internacional para alcançar objetivos comuns.

- Enfatiza a importância da adaptação e resiliência perante os impactos das mudanças climáticas, bem como o acesso ao financiamento climático para os países em desenvolvimento.
9. Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (ONU, 2015)
 - Estabelece um quadro global de ação para atingir um desenvolvimento sustentável que equilibre aspectos sociais, econômicos e ambientais.
 - Salienta a importância do papel das instituições culturais, como os museus, na educação, inclusão social e promoção de comunidades resilientes.
 - Ressalta que os museus estão alinhados com vários Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), como educação de qualidade (ODS 4), cidades e comunidades sustentáveis (ODS 11) e paz, justiça e instituições sólidas (ODS 16).
 10. Recomendação relativa à proteção e promoção dos museus e coleções, da sua diversidade e função na sociedade
 - Estabelece princípios para a proteção e promoção de museus e coleções, garantindo sua preservação, acesso e gestão sustentável.
 - Destaca a função dos museus na educação, na diversidade cultural e no desenvolvimento social, e promove sua integração nas comunidades
 11. Primeiro Balanço Global (GST) do Acordo de Paris (UNFCCC, 2023)
 - Avalia coletivamente os progressos alcançados em direção aos objetivos de mitigação, adaptação e financiamento do Acordo de Paris.

- Identifica lacunas e áreas de melhoria na implementação de compromissos nacionais e cooperação internacional.
- Fornece um quadro de monitorização que visa fortalecer a ação climática global e a ambição dos Estados-Membros.

12. Aliança Global contra a Fome e a Pobreza (G20, 2024)

- Evidencia que o mundo enfrenta um paradoxo crítico, no qual níveis recordes de riqueza global coexistem com um aumento da fome e da pobreza, situação agravada por crises convergentes que atrasaram o cumprimento dos ODS, o que exige uma ação urgente e renovada.
- Insta à criação de uma aliança internacional cooperativa para o intercâmbio de políticas públicas eficazes e com financiamento inovador que permita transformar os compromissos em recursos concretos para combater esses problemas de forma coordenada e com maior impacto.

Normas regionais da América Latina e do Caribe

1. Carta de Quito (Colóquio sobre Conservação e Utilização dos Monumentos e Lugares de Interesse Arqueológico, Histórico e Artístico, 1967)
 - Reconhece o valor social e cultural do património monumental como um recurso para o desenvolvimento e a identidade dos povos americanos
 - Incentiva a conservação ativa e o uso social dos bens patrimoniais, bem como a participação das comunidades em sua proteção e gestão

2. Mesa Redonda de Santiago do Chile sobre o desenvolvimento e o papel dos museus no mundo contemporâneo (ICOM / UNESCO, 1972)
 - Valoriza a importância dos museus para o desenvolvimento cultural e social.
 - Estabelece princípios e diretrizes para a gestão museológica, com ênfase na cooperação regional na América Latina e no Caribe.
3. Declaração do México sobre políticas culturais (UNESCO/Mondiacult, 1982)
 - Reconhece a cultura como um conjunto de valores espirituais, materiais, intelectuais e emocionais que definem uma sociedade e dão sentido ao seu desenvolvimento.
 - Ratifica que toda política cultural deve basear-se na identidade, diversidade e participação, integrando a cultura nas políticas de desenvolvimento e promovendo sua ligação com a educação, a ciência, a comunicação e a criação artística, bem como a cooperação internacional para o entendimento e o intercâmbio entre os povos
4. Declaração de Caracas (Seminário “A missão dos museus na América Latina hoje: novos desafios”, 1992)
 - Destaca a importância dos museus na construção de identidades nacionais e regionais na América Latina e no Caribe.
 - Impulsiona a cooperação regional para fortalecer o setor museológico.
5. Declaração de Salvador da Bahia (Secretaria Geral Ibero-Americana, 2007)

- Adota diretrizes e estratégias para desenvolver e fortalecer políticas públicas no âmbito dos museus e da museologia na Ibero-América
 - Fortalece a cooperação regional para implementar essas políticas e melhorar a gestão, conservação e difusão do patrimônio cultural
6. Declaração Especial da Celac sobre a Cultura como Promotora do Desenvolvimento Humano (Celac, 2014)
- Reafirma o compromisso dos Estados-membros da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac) com a promoção de políticas culturais inclusivas e sustentáveis.
 - Enfatiza o papel dos museus na integração regional e no desenvolvimento social.
7. Declaração do México sobre Políticas Culturais (Mondiacult, 2022)
- Reconhece a cultura como um bem público mundial e apela à sua integração como um objetivo específico e fundamental entre os próximos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas.
 - Promove a colaboração internacional para a proteção do patrimônio cultural, destacando iniciativas como a criação pela UNESCO e a Interpol, de um museu virtual de bens culturais roubados.
8. Marco Conceitual Comum em Sustentabilidade do Ibermuseos (MCCS, 2023)
- Integra a sustentabilidade na gestão museológica e promove práticas ambientais, sociais, econômicas e culturalmente responsáveis
 - Reconhece os museus como atores fundamentais na construção de um desenvolvimento sustentável e destaca seu papel na

educação, preservação do patrimônio e na contribuição para o cumprimento dos ODS e da Agenda 2030

9. Quarta carta da presidência brasileira: Agenda de Ação da COP30 (COP30, 2025)

- Sinaliza a urgência de ações concretas que permitam cumprir com os compromissos climáticos globais, fechando a lacuna entre as promessas e sua implementação real
- Promove a criação de uma agenda de ação colaborativa para a COP30 que mobilize todos os atores e promova um novo modelo de financiamento prioritário para os países em desenvolvimento e comunidades vulneráveis

10. Carta Brasileira do Patrimônio Cultural e Mudanças Climáticas (ICOM Brasil / ICOMOS Brasil, 2025)

- Estabelece relações conceituais entre o campo do patrimônio cultural e a luta contra as mudanças climáticas.
- Oferece diretrizes para ação, propostas para políticas públicas e indicadores de acompanhamento.

Normas e Diretrizes do ICOM

1. Resoluções aprovadas nas diferentes Assembleias Gerais do ICOM
2. Código de Deontologia do ICOM para Museus (ICOM, Seúl, 2004)
 - Estabelece padrões éticos e profissionais para a gestão dos museus.
3. Guia OCDE-ICOM para Museus (ICOM / OCDE, 2019)
 - Destaca o potencial dos museus como atores econômicos e sociais

fundamentais para o desenvolvimento sustentável das comunidades, além de seu papel cultural tradicional.

- Incentiva a integração dos museus nas estratégias de desenvolvimento local e promove práticas de gestão inovadoras, parcerias público-privadas e a medição do seu impacto económico.
4. Brochura “Museus e Desenvolvimento Local” (ICOM / OCDE, 2019)
- Reconhece que o museu deve ser um ator socioeconômico estratégico, resiliente e capaz de se integrar e contribuir para a solução dos desafios de sua comunidade
 - Propõe um modelo de gestão proativo baseado em um ciclo virtuoso: analisar o ecossistema local para identificar oportunidades, conectar-se com diversos agentes (empresas, educação, sociedade civil) para criar redes colaborativas e implementar projetos concretos que gerem um impacto mensurável na economia, na coesão social e no bem-estar local
5. Definição de Museu ICOM (ICOM, Praga, 2022)
- “Um museu é uma instituição sem fins lucrativos, permanente e ao serviço da sociedade, que pesquisa, coleciona, conserva, interpreta e exhibe o patrimônio material e imaterial. São abertos ao público, acessíveis e inclusivos, eles promovem a diversidade e a sustentabilidade. Com a participação das comunidades, os museus atuam e comunicam de forma ética e profissional, oferecendo experiências variadas para a educação, o prazer, a reflexão e a troca de conhecimentos”.

3. ESCOPO

GOVERNANÇA E SUSTENTABILIDADE NOS MUSEUS DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE: DESAFIOS E ESTRATÉGIAS PARA O SÉCULO XXI

Durante os dois primeiros dias do encontro, foram abordados em profundidade os desafios contemporâneos relacionados com a gestão dos museus, bem como os problemas políticos e sociais que afetam as instituições da região. Nas discussões, foram apresentadas propostas concretas em duas direções: em primeiro lugar, para fortalecer a governança colaborativa e, em segundo lugar, para promover modelos de sustentabilidade social e estabelecer vínculos mais sólidos entre os museus e a Agenda 2030, com o objetivo de gerar um impacto positivo nas comunidades. A seguir, apresentamos uma visão geral de cada uma dessas duas dimensões, juntamente com as considerações e recomendações finais surgidas durante o encontro.

Governança museológica na América Latina e no Caribe: mudanças governamentais, alianças colaborativas e redes

A governança museológica na América Latina e no Caribe enfrenta difíceis desafios decorrentes da fragilidade democrática, da volatilidade política, da escassez de recursos e da necessidade de se adaptar a mudanças ambientais, sociais e econômicas aceleradas. Por um lado, as mudanças de governo, as flutuações das políticas culturais, a invisibilização das

administrações anteriores e a ausência de leis e políticas nacionais para museus têm um impacto direto na gestão dos museus, o que exige uma governança sólida e transparente. É necessário fornecer informações confiáveis sobre os museus, baseadas em conhecimentos sólidos, sejam eles científicos, tradicionais ou de outro tipo. Por outro lado, a governança colaborativa, ou seja, social e comunitária, surge como estratégia fundamental para superar obstáculos estruturais e promover alianças entre museus, povos, comunidades, governos e organizações não governamentais (ONGs). Nesse contexto, a autogestão, a autodeterminação, o reconhecimento e a formação dos trabalhadores de museus, a liderança inovadora, a participação comunitária e a transparência tornam-se fundamentais para fortalecer a autonomia institucional, em consonância com a Agenda 2030. Por fim, busca-se dar visibilidade à museologia local e regional, potencializar o impacto dos museus na economia e consolidar a liderança do ICOM para impulsionar a cooperação e o desenvolvimento cultural.

PORTANTO, E CONSIDERANDO

1. Que os museus são instituições fundamentais para preservar o patrimônio e promover as identidades, as diversidades e a memória coletiva, bem como espaços de educação, inclusão e transformação social.
2. Que a valorização social das profissões museológicas e a dignificação das condições de trabalho são essenciais para garantir a sustentabilidade e a excelência na gestão do patrimônio cultural
3. Que a instabilidade e a fragilidade democrática e política, a falta de recursos e as rápidas mudanças ambientais, sociais e econômicas representam um grande desafio para a gestão museológica na região.
4. Que a viabilidade e a relevância futura dos museus na América Latina e no Caribe estão comprometidas devido à sua fragilidade financeira

e operacional, derivada da dependência de fundos estatais.

5. Que uma governança ética e eficaz dos museus deve basear-se em uma comunicação clara e, portanto, acessível em termos de transparência administrativa, executiva e integral.
6. Que há uma necessidade de propor políticas e ferramentas culturais e museológicas que promovam boas práticas, incorporando princípios locais e regionais, em consonância com a Agenda 2030.
7. Que a liderança inovadora e a governança colaborativa são fundamentais para superar limitações estruturais e garantir a existência e a permanência dessas instituições.
8. Que a autogestão e a participação comunitária são elementos essenciais para fortalecer a gestão museológica e manter a confiança do público e das partes interessadas.
9. Que a formação contínua e a profissionalização dos trabalhadores dos museus, promovidas pela governança, são essenciais para fortalecer a gestão institucional, dignificar o trabalho do pessoal e garantir o impacto social e cultural dessas instituições.
10. Que a grande diversidade de contextos e desafios na gestão do patrimônio requerem soluções éticas e adaptadas que respeitem as dinâmicas locais, valorizem os conhecimentos ancestrais e comunitários e promovam a inclusão.
11. Que os museus na América Latina e no Caribe enfrentam desafios comuns que tenham promovido o desenvolvimento de estratégias criativas e inovadoras, as quais devem ser compartilhadas para o benefício de toda a região.
12. Que os museus desempenham um papel relevante na economia, não apenas por seu valor intrínseco, mas também por sua capacidade de impulsionar dinâmicas e experiências criativas e sociais.
13. Que a função crucial do ICOM a nível mundial, como promotor de

padrões internacionais na gestão museológica, oferece apoio especializado e promove princípios éticos que orientam a prática museológica

Propomos as seguintes recomendações, decorrentes das considerações acima relatadas, visando promover uma gestão museológica eficaz, que permita consolidar os museus como guardiões do patrimônio e agentes de transformação social no século XXI, garantindo sua sustentabilidade e desenvolvimento diante de um panorama dinâmico e desafiador

RECOMENDAÇÕES

1. Fortalecer a incumbência dos museus na sociedade: Impulsionar planos, programas e projetos estratégicos de sensibilização sobre o valor dos museus como espaços de conhecimento, educação, preservação do patrimônio e transformação social.
2. Promover o reconhecimento dos trabalhadores dos museus: reconhecer as profissões ligadas ao âmbito museológico e promover condições de trabalho dignas e estáveis para os trabalhadores do setor
3. Estimular políticas culturais orientadoras, claras e eficazes: propor políticas culturais e museológicas contextualizadas, participativas e adaptáveis que orientem o desenvolvimento dos museus, garantindo sua estabilidade, permanência e equilíbrio de gestão perante as mudanças políticas e governamentais. Essas políticas devem apoiar a autonomia técnica e discursiva das instituições, mitigar os efeitos da instabilidade política e da escassez de recursos, bem como das mudanças ambientais, sociais e econômicas, e estabelecer a responsabilidade dos Estados na preservação da diversidade cultural, do patrimônio e da construção da memória
4. Reforçar e inovar as estratégias sustentáveis dos museus: fortalecer estratégias sustentáveis dentro dos museus através de gestões

contextualizadas, inovadoras, com diversificação de fontes de financiamento e criação de redes de colaboração regional.

5. Promover a transparência na gestão: implementar mecanismos de acesso à informação, prestação de contas e comunicação clara e eficaz para fortalecer a confiança dos diversos públicos e aliados das instituições museológicas. Deve-se garantir uma gestão ética, transparente e acessível para assegurar a relevância social dos museus.
6. Promover a gestão museológica regional em concordância com a Agenda 2030, com ferramentas práticas: desenvolver guias e recursos que orientem a gestão e o desenvolvimento dos museus, bem como sua resposta a situações críticas, tais como desastres naturais, conflitos políticos, pobreza extrema, explosões sociais, entre outros. Da mesma forma, garantir políticas e práticas que promovam, a partir de uma visão local, os ODS, especialmente os relacionados à educação de qualidade, cidades e comunidades sustentáveis, inclusão e promoção de uma cultura de paz.
7. Impulsionar alianças estratégicas e liderança inovadora: estabelecer e fortalecer alianças multilaterais entre museus, povos, comunidades locais, governos e organizações não governamentais para melhorar a gestão museológica, solucionar limitações financeiras e estruturais e promover a sustentabilidade dessas instituições. Da mesma forma, promover a liderança social e inovadora por meio da participação de líderes locais e regionais em discussões internacionais e do intercâmbio de boas práticas.
8. Promover a autogestão socialmente responsável: desenvolver estratégias inovadoras e sustentáveis que dinamizem a oferta de serviços do museu à comunidade, como lojas, eventos culturais, visitas temáticas, campanhas de arrecadação de fundos, entre outros, com base na responsabilidade social, transparência operacional e participação

comunitária. Essas estratégias aperfeiçoam a gestão museológica, garantem sustentabilidade financeira, fortalecem o vínculo com públicos diversos e mantêm a integridade institucional, gerando confiança junto às partes interessadas e à sociedade

9. Promover a formação, atualização e profissionalização dos funcionários dos museus a partir da governança: É fundamental que os museus integrem programas de formação em sua gestão como parte de um processo integral e contínuo destinado a todos os integrantes da instituição. O investimento em treinamento e atualização visa promover a profissionalização, entendida não apenas como a aquisição de novos conhecimentos técnicos e habilidades, mas também como uma forma de permitir que as equipes do museu desempenhem suas funções de maneira mais eficiente. Além disso, essa prática contribui para o reconhecimento e a valorização do trabalho do pessoal do museu. Ao adotar essa abordagem, os espaços museológicos poderão potencializar sua gestão, enriquecer a experiência dos visitantes e fortalecer suas equipes para gerar interações significativas e transformadoras que impactem positivamente nas suas comunidades.
10. Fortalecer a participação ativa das comunidades na gestão museológica: Promover estratégias de governança colaborativa e co-criativa através de mecanismos que as vinculem e representem, e convoquem as comunidades locais em todas as etapas do trabalho museológico, desde o diagnóstico e o planejamento até a execução criativa e a avaliação. Isso garante que os museus sejam espaços acessíveis, dinâmicos, participativos, representativos e protagonistas. E ao mesmo tempo permitem valorizar e visibilizar os conhecimentos ancestrais e comunitários como parte da diversidade cultural de um território, fortalecer o senso de pertença e consolidar as

comunidades como protagonistas na construção e preservação de seu patrimônio cultural.

11. Visibilizar a museologia local e regional: Desenvolver estratégias para sensibilizar, comunicar, promover, proteger e divulgar as iniciativas criativas e inovadoras surgidas em resposta aos desafios museológicos da região; facilitar o intercâmbio de boas práticas e a aprendizagem coletiva, e garantir a proteção desses conhecimentos e inovações como valores culturais próprios. Isso permitirá aumentar a relevância e a projeção dos museus a nível local, regional e internacional, e fortalecer seu papel dentro de um ecossistema cultural dinâmico e em constante evolução
12. Visibilizar a atribuição essencial dos museus na economia criativa, ou seja: reconhecer que os museus impulsionam as indústrias criativas, diversificam a oferta cultural, fomentam o turismo e promovem o desenvolvimento econômico local. Para aproveitar ao máximo o potencial dessa economia e garantir uma distribuição equitativa de seus benefícios, é fundamental a cooperação entre museus, governos, empresas e a sociedade civil
13. Fortalecer a liderança estratégica do ICOM: Impulsionar o ICOM como eixo articulador entre museus, governos e sociedade civil, facilitar a construção e implementação de padrões internacionais adaptados aos contextos locais e promover sua incidência no desenvolvimento colaborativo de políticas públicas culturais, patrimoniais e museológicas

Sustentabilidade: museus, ambientes próximos e vinculação à Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável

A sustentabilidade dos museus da América Latina e do Caribe constitui um pilar fundamental da garantia da sua relevância social e viabilidade

no século XXI. Nesse contexto, sua ligação com a Agenda 2030 é essencial para fortalecer a relação com as comunidades e ambientes próximos, promover a participação cidadã, a inclusão, a diversidade, a justiça cultural e a corresponsabilidade social e ambiental a partir do local. Nesse sentido, o museu pode se reafirmar como um espaço afetivo, um local de encontro seguro onde se constroem laços de identidade, memória e pertença. Essa perspectiva permite que os museus promovam em suas ações a equidade, a educação de qualidade, a cultura da paz, a transformação digital, o bem-estar e o bom viver¹. Tudo isso seria fortalecido por meio de colaborações museológicas mais sólidas na região, que facilitem o intercâmbio de recursos e conhecimentos, bem como a criação de projetos conjuntos que reflitam as diversidades e histórias compartilhadas

PORTANTO, E CONSIDERANDO

1. Que os museus são instituições fundamentais para a preservação do patrimônio, da memória coletiva e a promoção de identidades diversas, e que desempenham um papel fundamental na educação e na transformação social, bem como na celebração e promoção da diversidade cultural como fonte de riqueza.
2. Que a sustentabilidade dos museus depende de sua capacidade de integrar princípios éticos, garantir a participação ativa e significativa das comunidades na sua gestão do patrimônio e promover a inclusão, o engajamento cidadão e a relevância social.

¹ “Bom viver”, ou *sumak kawsay* em quíchua, é um conceito filosófico, político e cultural que representa uma forma alternativa de entender o desenvolvimento, centrada na harmonia com a natureza, a comunidade e a diversidade cultural, em oposição ao modelo econômico capitalista tradicional.

3. Que a Agenda 2030 oferece um quadro global para abordar desafios sociais, econômicos e ambientais, e que os museus, como agentes de mudança corresponsáveis, podem contribuir para o seu cumprimento a partir do nível local.
4. Que os museus, como espaços de memória e encontro, têm o potencial de contribuir para o bem-estar, o bom viver e a construção de uma cultura de paz e diálogo permanente.
5. Que a equidade, a inclusão, a acessibilidade e a justiça cultural são pilares fundamentais para que os museus cumpram sua missão de serem espaços abertos e democráticos.
6. Que a troca de boas práticas de sustentabilidade e de aprendizagens compartilhadas entre museus é essencial para fortalecer a museologia regional.
7. Que a transformação digital fornece oportunidades para melhorar a acessibilidade e a experiência museológica, mas também apresenta desafios éticos, legais e ambientais, e requer uma abordagem equilibrada que leve em consideração as lacunas tecnológicas e geracionais.
8. Que a educação do século XXI requer abordagens inovadoras que potencializem as habilidades cognitivas, sociais e criativas.
9. Que a empatia e a afetividade estimulam a confiança entre o museu, seus funcionários, os ambientes próximos e a comunidade ligada a ele.

Propomos as seguintes recomendações, decorrentes das considerações acima relatadas, para destacar o papel dos museus como agentes de transformação social, equidade e diálogo, comprometidos com a construção de sociedades mais justas, inclusivas e sustentáveis em um contexto de mudança permanente.

RECOMENDAÇÕES

1. Promover a diversidade cultural e abordagens discursivas inclusivas: Como espaços fundamentais para a preservação do patrimônio, da memória coletiva e da educação, os museus devem renovar suas abordagens discursivas para visibilizar e celebrar a diversidade cultural. Isso implica integrar amplas, críticas e inclusivas perspectivas históricas e culturais. Também significa dar voz e visibilidade a grupos tradicionalmente marginalizados, como aqueles discriminados por gênero, orientação sexual e identidade de gênero (feminino, masculino, pessoas não binárias, comunidade LGBTQ+); por idade (crianças, adolescentes, jovens e idosos); por etnia e raça (povos indígenas e comunidades tradicionais, afrodescendentes, minorias religiosas, povos nômades ou excluídos por castas); por deficiência (física, sensorial, intelectual ou psicossocial); por migração e deslocamento (refugiados, migrantes econômicos, apátridas e requerentes de asilo); por situação socioeconômica (pessoas em extrema pobreza, trabalhadores informais e moradores de rua); e outras vulnerabilidades (pessoas privadas de liberdade, vítimas de conflitos armados, doentes crônicos, vítimas de tráfico e conceito ampliado de família, entre outros). Do mesmo modo, é necessário desenvolver programas, atividades e processos de cocriação que promovam novas abordagens discursivas museológicas, guiadas pela interculturalidade, pelo antirracismo e pela superação do etnocentrismo. Dessa forma, os museus fortalecerão o seu papel na transformação social e no reconhecimento da diversidade como fonte de entendimento entre os povos.
2. Facilitar a participação comunitária, o diálogo intercultural ético e a escuta ativa: Garantir, a partir de um compromisso ético, a participação ativa das comunidades na tomada de decisões, no planejamento e na execução de projetos museológicos — incluindo os processos

curatoriais e a revitalização de línguas e conhecimentos de grupos tradicionalmente marginalizados. Isso com o objetivo de fortalecer o diálogo intercultural, assegurar a pertinência dos museus nos seus contextos e consolidá-los como espaços de coesão social, com capacidade para se adaptar às necessidades e dinâmicas mutáveis de seu entorno e garantir seu impacto na construção de uma cidadania crítica e comprometida com seu patrimônio.

3. Incentivar a corresponsabilidade social e ambiental nos museus: eles, como atores-chave na transformação social, devem promover a Agenda 2030 em sua gestão por meio de políticas sustentáveis, educação crítica, tecnologias acessíveis e uso consciente dos recursos. Dessa forma, poderão garantir sua contribuição efetiva para a justiça social, a equidade e a preservação ambiental por meio de uma abordagem universal e corresponsável. Para isso, é fundamental impulsionar programas educacionais, iniciativas de inclusão e projetos comunitários.
4. Estimular o bem-estar e o bom viver, o diálogo e a cultura da paz: Tornar os museus espaços seguros para a reflexão, o diálogo, a promoção da saúde mental, o bem-estar e o aconchego, abordando temas complexos como conflitos sociais, processos históricos e desafios contemporâneos a partir de uma perspectiva interdisciplinar. Dessa forma, com o apoio de especialistas e da mediação cultural, os museus podem promover a compreensão crítica, a empatia coletiva e o fortalecimento da saúde mental em dois âmbitos principais: dentro de suas equipes, por meio da promoção de condições dignas de trabalho, e políticas institucionais que elevem a qualidade de vida dos trabalhadores dos museus, e nas comunidades que participam da vida do museu.
5. Desenvolver estratégias para a equidade, inclusão, acessibilidade e justiça cultural: Para cumprir com a sua missão de espaços abertos

e democráticos, os museus devem concretizar seu compromisso com a equidade, inclusão e acessibilidade por meio de ações concretas. Portanto, recomenda-se ampliar seu alcance através de redes colaborativas e impulsionar processos de cocriação com grupos tradicionalmente marginalizados para garantir sua participação ativa. Ao mesmo tempo, devem ser implementadas ações de acessibilidade universal que abranjam as dimensões física, cognitiva e digital. Serão elas quem transformarão os museus em agentes ativos da justiça cultural, por meio do reconhecimento e valorização da diversidade como patrimônio coletivo dos povos, parte estrutural da sociedade.

6. Estimular a colaboração museológica na região: Estabelecer mecanismos de intercâmbio e cooperação entre instituições museológicas da região. Para isto, propõe-se a criação de uma plataforma colaborativa regional que permita documentar, analisar e adaptar boas práticas, levando em consideração as particularidades de cada contexto local. Essa iniciativa deve promover o aprendizado coletivo, com base em experiências concretas, para que os museus possam otimizar recursos, superar desafios comuns e gerar um impacto significativo em suas comunidades, fortalecendo assim o ecossistema cultural regional como um todo.
7. Integrar a transformação digital de forma ética, responsável, inclusiva e sustentável: Aproveitar as tecnologias digitais para melhorar a acessibilidade e as experiências museológicas, combinando-as com tecnologias analógicas e métodos tradicionais para garantir um acesso equitativo. Isso implica considerar as lacunas tecnológicas e geracionais, bem como impactos e desafios éticos, legais e ambientais, e incorporar ferramentas inclusivas para ampliar e democratizar a participação nos museus e o acesso ao patrimônio.

8. Fortalecer a educação de qualidade: É necessário projetar e implementar programas educacionais que promovam o pensamento crítico, com metodologias inovadoras, participativas, interdisciplinares e adaptáveis. Esses programas devem promover o conhecimento horizontal e potencializar as habilidades cognitivas, sociais e criativas para empoderar os usuários como protagonistas do seu aprendizado, prestando especial atenção à inclusão e à diversidade de conhecimentos.
9. Entender e vivenciar o museu como um espaço afetivo: superar barreiras sociais, de pertença, de participação e acesso ao patrimônio, por meio da confiança, da tolerância e da reciprocidade. Trata-se de abordar a vulnerabilidade como uma oportunidade para promover conexões emocionais que impulsionem a criação de relações sustentáveis, baseadas no respeito mútuo, na segurança e no diálogo aberto, construindo assim “sentidos compartilhados”. Isso permite fortalecer os laços e o sentimento de pertença entre o museu, o território e as comunidades.

4. LINHAS DE AÇÃO

PILARES PARA O DESENVOLVIMENTO MUSEOLÓGICO NA AMÉRICA LATINA E NO CARIBE.

No âmbito das discussões centradas no escopo da governança e da sustentabilidade, foram estabelecidas mesas de trabalho de cinco linhas de ação para orientar o ICOM LAC e os comitês nacionais que o compõem. Essas linhas se baseiam na governança, sustentabilidade, formação museológica com enfoque ético, integração regional e participação comunitária como eixos basilares que geram estabilidade e fortalecem a relevância dos museus da região como agentes de transformação social

Governança nos museus da América Latina e do Caribe

A governança nos museus da América Latina e do Caribe é um eixo prioritário para garantir a sustentabilidade, a autonomia e a relevância dessas instituições no século XXI. Os museus se consolidam como espaços de transformação social e cultural que contribuem para o fortalecimento do setor museológico na região por meio de políticas culturais, patrimoniais e museológicas contextualizadas, participativas e adaptáveis. É indispensável que os museus promovam o acesso democrático à cultura, a equidade e a justiça social, e que fomentem a construção de alianças estratégicas. Durante as mesas de trabalho, foram identificadas quatro

estratégias desta linha de ação para fortalecer políticas museológicas, promover a equidade e a ordem justa e potenciar a colaboração entre os setores público, privado e comunitário.

1. Espaços de diálogo para uma governança inovadora:

- Estabelecer alianças estratégicas entre os setores público, privado e comunitário para facilitar a tomada de decisões em ambientes diversos, plurais e complexos.
- Promover a cooperação entre os diferentes atores do setor museológico, fomentando a transparência, o diálogo aberto e a participação ativa das comunidades.
- O fortalecimento da autonomia e sustentabilidade financeira dos museus requer modelos de gestão inovadores que promovam o apoio público, privado e comunitário e respondam aos desafios sociais, econômicos e culturais do século XXI. Essa abordagem garante sua viabilidade a longo prazo, reforça sua missão social e, ao mesmo tempo, preserva sua relevância como agentes de transformação, sem comprometer seus princípios éticos nem seu vínculo com as comunidades

2. Cocriação de políticas culturais, patrimoniais e museológicas com base em códigos interculturais:

- Participar na concepção de políticas públicas focadas no setor museológico que valorizem e promovam a diversidade de pensamentos, culturas, crenças, corporalidades, cosmovisões e experiências interculturais
- Garantir que essas políticas integrem princípios e abordagens de equidade, inclusão, acessibilidade e justiça social para contribuir para a consecução dos ODS e da Agenda 2030

- Promover, dentro dos museus, a criação de políticas inovadoras e sustentáveis, bem como a reformulação das atuais, com base nas realidades, contextos e práticas próprias da América Latina e do Caribe, com o objetivo de fortalecer sua autonomia
3. Museus pela equidade e uma ordem justa:
- Encorajar ativamente a equidade e a justiça nos museus, promovendo a independência discursiva a partir das diferenças e da diversidade
 - Garantir que os museus sejam espaços inclusivos, acessíveis e abertos a todas as pessoas, independentemente de sua origem, capacidades ou situação econômica. Eles devem promover a criação de uma ordem justa, dar visibilidade, reconhecimento e respeito tanto às identidades quanto aos direitos de todas as comunidades.
4. Fazer um mapeamento de aliados comprometidos:
- Elaborar um levantamento de dados de instituições potenciais, locais e regionais, para promover a sustentabilidade nos museus, considerando seu papel como gestores de coleções, empregadores responsáveis, consumidores conscientes e produtores de informações confiáveis.
 - Estabelecer colaborações com organizações não governamentais, parceiros institucionais, aliados comprometidos, grupos tradicionalmente marginalizados e entidades governamentais para trabalhar em conjunto nas quatro estratégias definidas.

Sustentabilidade nos museus da América Latina e do Caribe

A sustentabilidade nos museus da América Latina e do Caribe é fundamental para garantir sua viabilidade, relevância futura e contribuição

para o desenvolvimento sustentável no contexto atual. Por meio da reflexão crítica, da capacitação profissional e da integração regional baseada na equidade e na inclusão, os museus se consolidam como agentes de transformação social, cultural e ambiental. Durante as mesas de trabalho, foram identificadas duas estratégias nessa linha, orientadas a fortalecer esses aspectos a partir de uma visão holística da sustentabilidade que formule ações comuns de fortalecimento e desenvolvimento do setor museológico na região. Essa abordagem reafirma o papel do museu como motor de transformação e preservação do patrimônio cultural e natural da região.

1. Museus como espaços de reflexão, pensamento crítico e enfoque ético:
 - Promover a criação de espaços nos museus que estimulem a reflexão, o debate e o pensamento crítico sobre temas sociais, ambientais e culturais.
 - Incentivar o intercâmbio de experiências e boas práticas locais e regionais, especialmente aquelas já consolidadas em museus tradicionais, bem como em museus comunitários, de base comunitária, locais, ecomuseus, entre outras iniciativas na região.
 - Conceituar e produzir programas museológicos que abordem temas relacionados com a sustentabilidade.
2. Capacitação em assuntos de desenvolvimento sustentável:
 - Conceituar e implementar cursos de pós-graduação, cursos e workshops de atualização sobre assuntos-chave como equidade, inclusão, desenvolvimento social, proteção ambiental, sustentabilidade e promover boas práticas, construindo um quadro conceitual e referencial comum para a região.

- Desenvolver programas e atividades que permitam às comunidades abordar desafios contemporâneos, como mudanças climáticas, inequidade, transformação cultural, entre outros. Isso contribui para o bem-estar, o bom viver, a cultura da paz e o diálogo contínuo.
- Projetar e implementar cursos virtuais que permitam abordar os desafios atuais de maneira regional e com uma visão voltada para a sustentabilidade.

Formação museológica com enfoque ético

A formação museológica é componente essencial e transversal para garantir a sustentabilidade e a profissionalização dos museus da América Latina e do Caribe. Por meio da capacitação contínua, da pesquisa aplicada e do desenvolvimento de programas inovadores, os museus se consolidam como espaços dinâmicos para a geração de conhecimentos teóricos e práticos. Durante as mesas de trabalho, foram identificadas três estratégias desta linha de ação que fortalecem as competências das equipes dos museus e respondem às necessidades de cada instituição.

1. Diagnóstico regional:

- Deve ser feito um diagnóstico regional para identificar as necessidades de formação de cada contexto e garantir que os programas respondam às realidades locais

2. Formação contínua e certificação dos funcionários dos museus:

- Implementar e promover programas acessíveis de formação museológica contínua, que incluam aspectos teóricos, práticos, integrais e virtuais focados em áreas centrais dos museus, e em assuntos de gestão, como liderança e administração. Esses programas

deveriam ser direcionados a funcionários de museus e instituições patrimoniais da região. Essas iniciativas devem contemplar certificações, diplomas técnicos e certificados, com o objetivo de promover e garantir a profissionalização do setor, especialmente nos países onde não existem ofertas de formação. Poderia contar-se com um corpo docente, proveniente do meio acadêmico, profissional e não formal, para promover o intercâmbio de experiências e boas práticas.

- Estimular o intercâmbio de pessoal entre os museus da região, bem como programas de estágios e voluntariado, com o objetivo de fortalecer a capacitação prática e o intercâmbio de conhecimentos

3. Grupos de trabalho para a formação ICOM LAC:

- Criar grupos de trabalho com enfoque ético para a Formação Museológica dentro do ICOM LAC. Eles deverão ser integrados por membros dos comitês nacionais, cujo objetivo seja projetar e desenvolver programas de capacitação e atualização para os trabalhadores em serviço na região, em sintonia com as dimensões sociais (equidade, justiça social e integração), econômicas (economia sustentável e consumo responsável), ambientais (diminuição do impacto ecológico e proteção da biodiversidade) e culturais, entre outras.

Integração regional em museus da América Latina e do Caribe

A integração regional é fundamental para fortalecer a colaboração, o desenvolvimento e a sustentabilidade do setor museológico na América Latina e no Caribe. Para isso, é necessário criar redes de cooperação entre os países e promover alianças estratégicas que permitam abordar desafios comuns de maneira articulada. A divulgação ética de boas práticas

museológicas pode contribuir para a consolidação de uma museologia regional, baseada no intercâmbio de conhecimentos e experiências. Durante as mesas de trabalho, foram identificadas três estratégias nessa linha de ação para consolidar um ecossistema museológico mais coeso, inovador e representativo da diversidade cultural.

1. Criação de redes de colaboração:

- Estabelecer redes de colaboração entre museus, comitês nacionais do ICOM e organizações culturais da região para compartilhar recursos, conhecimentos e boas práticas
- É essencial reconhecer as regiões bioculturais e os ecossistemas ambientais compartilhados — a Amazônia, os Andes, o Caribe insular, a Patagônia, as savanas alagáveis, as florestas tropicais, os manguezais, os páramos e outros territórios — como unidades que transcendem as fronteiras geopolíticas para impulsionar iniciativas que respeitem o meio ambiente, o patrimônio e a diversidade cultural. Essa abordagem permite desenvolver projetos integrados, sustentáveis, colaborativos e adaptados às dinâmicas próprias de cada grupo ou território, o que fortalece a conexão entre as comunidades, seu patrimônio e seu entorno.

2. Construir memórias compartilhadas a partir dos museus:

- Trabalhar uma abordagem que promova conhecimentos e epistemologias locais para moderar perspectivas derivadas do colonialismo ou eurocentrismo. Essa abordagem deverá debater criticamente as histórias compartilhadas de exploração, resistência, discriminação, diversidade, intercâmbio cultural, entre outras, a partir dos contextos locais e regionais.

- Promover abordagens discursivas inclusivas e identidades regionais mais sólidas e interconectadas que reconheçam os processos históricos e culturais entrelaçados da região, como a colonização, os movimentos migratórios, as diásporas, os conflitos sociais e as crises ecológicas, entre outros.
- Resistir à fragmentação que desvaloriza a diversidade da região, por meio de ações museológicas que neutralizem os discursos nacionalistas, racistas ou excludentes. Em vez disso, promover narrativas que se concentrem no que é comum: lutas e coesões sociais, expressões culturais híbridas, ecossistemas e meio ambiente, entre outros.
- Impulsionar projetos colaborativos de pesquisa e educação que revelem histórias interconectadas da América Latina e do Caribe através de exposições, consolidação de arquivos digitais regionais e formação em abordagens decoloniais, anticoloniais e pós-coloniais, entre outras, com o objetivo de transformar os museus em agentes de integração cultural, local e regional.

3. Visibilidade das boas práticas regionais:

- Promover a visibilidade das boas práticas na região por meio de publicações, conferências e plataformas digitais para fortalecer o posicionamento tanto da Museologia do Sul quanto do Sul Global, em nível mundial
- Estimular a participação ativa dos funcionários dos museus e outros profissionais da região em eventos e congressos internacionais, garantindo que suas vozes e perspectivas sejam ouvidas e valorizadas.

Participação comunitária ativa nos museus da América Latina e do Caribe

A participação comunitária é fundamental para garantir a transformação social, a relevância e a sustentabilidade dos museus da América Latina e do Caribe. A integração ativa de grupos tradicionalmente marginalizados permite que os museus se consolidem como espaços vivos de diálogo, resistência e criação coletiva. Para isso, é necessário avançar em direção a modelos éticos de cogestão, nos quais as comunidades participem de forma protagonista na tomada de decisões, na realização de ações e na oferta de programas. Nesses cenários, devem se refletir as vozes, as memórias e as aspirações dos povos da América Latina e do Caribe. Durante as mesas de trabalho, foram identificadas quatro estratégias dessa linha de ação para fortalecer a inclusão, a diversidade cultural e a relação entre os museus e seus públicos.

4. Participação social na gestão do museu:

- Estabelecer mecanismos de escuta e diálogo contínuo com as comunidades para adaptar os museus às mudanças sociais e às necessidades emergentes.
- Promover a participação ativa das comunidades na gestão dos museus, para que elas façam parte desses espaços e contribuam para sua sustentabilidade.

5. Programas focados em diferentes públicos:

- Desenvolver programas públicos voltados para grupos específicos, atendendo às suas necessidades e demandas e reconhecendo suas contribuições para a sociedade.
- Oferecer programas que envolvam crianças, adolescentes e jovens como agentes ativos do museu, guardiões corresponsáveis de seu

patrimônio e pontes para conectar suas famílias e comunidades. Isso também permitirá que os museus desenvolvam programas de prevenção em contextos vulneráveis.

- Promover ações focadas em diferentes gerações, na sua diversidade e a construção coletiva de memórias para fortalecer o tecido social e o desenvolvimento comunitário.

6. Interculturalidade:

- Promover a interculturalidade, considerando que os museus são atores fundamentais na promoção e salvaguarda da diversidade cultural em seus territórios, em consonância com as declarações e convenções internacionais. Essa ação promove o pluralismo cultural nos museus para reconhecer e preservar as memórias, tradições e elementos patrimoniais que identificam as comunidades, especialmente os grupos tradicionalmente marginalizados. Ao fazer isso, os museus fomentam a convivência estável e promovem um diálogo autêntico entre diversas perspectivas culturais.
- Transformar os museus em espaços seguros e em pontes entre os atores das comunidades, para fortalecer seu papel como agentes de transformação em seus territórios e integrar as visões, conhecimentos, memórias, lutas sociais e necessidades dos próprios atores locais.

7. Inclusão e acessibilidade:

- Projetar, implementar e socializar, a partir das comunidades e em conjunto com elas, ações, programas e iniciativas inclusivas, acessíveis e inovadoras nas áreas de educação, exposições e pesquisa, entre outras, que respondam às necessidades dos grupos tradicionalmente marginalizados. Essas iniciativas devem promover a

participação ativa, a cocriação de projetos e a consolidação de boas práticas que fortaleçam o senso de pertença para transformar os museus em espaços de reparação, cura simbólica e produção coletiva de conhecimento.

- Incluir as diferentes perspectivas culturais dos povos indígenas e comunidades tradicionais nas interpretações decoloniais, anti-coloniais e pós-coloniais dos museus em suas coleções e relatos, para gerar diálogo entre as narrativas acadêmicas tradicionais e outras narrativas e incorporá-las nas ações de conservação e restauração.

5. FOCOS EM DESAFIOS TRANSVERSAIS

Além dos temas anteriormente abordados, durante o Re-conexões foram identificados desafios transversais adicionais que exigem respostas inovadoras, colaborativas e contextualizadas. Os museus da América Latina e do Caribe enfrentam desafios contemporâneos, como as mudanças climáticas, a exclusão digital e os conflitos sociais, entre outros, que afetam sua operacionalidade e sustentabilidade, mas que abrem oportunidades para sua consolidação como agentes de mudança social, cultural e ambiental. Abordar esses desafios centrais a partir de proximidades adaptadas à realidade regional, e em diálogo com as comunidades, permitirá fortalecer a relevância dos museus e consolidar o setor museológico como promotor de sociedades mais justas, inclusivas e resilientes.

Museus e mudança climática: riscos, mitigação e adaptação

As mudanças climáticas e a perda de biodiversidade são graves ameaças ao patrimônio da América Latina e do Caribe. Os museus, como guardiões, estimulam a tomada de consciência dessas realidades e desempenham um papel fundamental na mitigação, adaptação e criação de protocolos para enfrentar esses efeitos junto às comunidades. No entanto, os museus enfrentam riscos ambientais crescentes, como inundações, furacões, secas e outros fenômenos extremos, que ameaçam suas coleções e

equipamentos devido a infraestruturas frágeis e ao uso indevido dos recursos ambientais. Além disso, a falta de recursos financeiros e tecnológicos dificulta a implementação de medidas de prevenção, como planos atualizados de gestão de emergências e riscos patrimoniais, necessários diante de novos desastres decorrentes das mudanças climáticas. Portanto, é urgente melhorar a conscientização sobre seu impacto no patrimônio para fortalecer respostas eficazes e sustentáveis.

Museus e a exclusão digital: transformação e acesso às tecnologias digitais

A transformação digital, incluindo a inteligência artificial, proporciona aos museus da América Latina e do Caribe uma oportunidade valiosa para modernizar as práticas museológicas, ampliar seu alcance e diversificar suas formas de interação com o público. No entanto, ela também apresenta desafios éticos importantes, relacionados ao acesso e uso consciente dessas tecnologias, à equidade, aos direitos culturais e à preservação do patrimônio digital. Entre esses desafios estão a persistente lacuna de acesso digital na região e a falta de capacitação no manejo, uso e manutenção de ferramentas digitais. Também devem ser considerados os riscos decorrentes da obsolescência tecnológica e da possível perda ou uso irresponsável de informações, seja por terceiros ou por meio de modelos de análise de dados, sem o devido reconhecimento dos direitos culturais. Todas essas situações comprometem a conservação e a divulgação adequadas da diversidade cultural regional atualmente.

Museus e conflitos sociais: promoção da paz, do diálogo e da reconciliação

Em contextos caracterizados pela violência, desigualdade e conflitos políticos, os museus da América Latina e do Caribe têm a missão

de ser plataformas para o diálogo, a reflexão e a construção da paz, da reconciliação e da justiça social. No entanto, assumir esse compromisso implica enfrentar a desafiadora polarização política e social, que dificulta a abordagem de temas sensíveis, como ditaduras, o populismo, a pobreza, o narcotráfico, os conflitos armados, a violência e a discriminação, entre outros. Nesse contexto, destacam-se a persistente exclusão de grupos tradicionalmente marginalizados nos processos museológicos, a polarização social que dificulta a abordagem de temas sensíveis, bem como a limitada disponibilidade de recursos financeiros e humanos para desenvolver planos, programas e projetos voltados para a transformação social. Superar esses obstáculos é fundamental para que os museus se tornem verdadeiros espaços de diálogo, promoção da paz, memória e reparação simbólica, e construção de um futuro mais justo.



II

**Declaração do ICOM LAC 2025:
Museus, governança
e sustentabilidade
na América Latina
e no Caribe**

DUBAI 2025

DECLARAÇÃO DO ICOM LAC 2025: MUSEUS, GOVERNANÇA E SUSTENTABILIDADE NA AMÉRICA LATINA E NO CARIBE DUBAI, 2025

A Declaração do ICOM LAC 2025: Museus, governança e sustentabilidade na América Latina e no Caribe representa um compromisso coletivo para fortalecer o setor museológico regional, com base nos princípios de governança colaborativa, valores éticos, sustentabilidade, diplomacia cultural, inclusão social e interculturalidade. Diante de grandes desafios sociais, culturais e ambientais, reafirmamos que os museus da região possuem um potencial único para se tornarem agentes de transformação social e cultural, articulando memórias, conhecimentos e ações para construir sociedades mais justas, resilientes e diversas.

Esta Declaração se apresenta como um instrumento de consolidação de um espaço museológico latino-americano e caribenho integrado, sustentável e avalista dos direitos culturais. Ela se baseia nos “Resultados Re-conexões. Encontro Regional da Aliança ICOM LAC: Museus rumo a Dubai 2025” e é fruto de diálogos e reflexões coletivas entre os presidentes e representantes dos comitês nacionais da América Latina e do Caribe, reunidos em Santiago do Chile de 21 a 24 de outubro de 2024. Esta Declaração constitui um passo crucial na museologia da América Latina e do Caribe, que buscará sua projeção global na 27ª Conferência Geral do ICOM, a ser realizada em Dubai em novembro de 2025, sob o lema do Dia

Internacional dos Museus 2025: “O futuro dos museus em comunidades em constante mudança”.

Para concretizar esses princípios, a Declaração será implementada por meio de cinco linhas de ação prioritárias para o ICOM LAC: 1) Governança, 2) Sustentabilidade, 3) Formação museológica com enfoque ético, 4) Integração regional e 5) Participação comunitária. Essas linhas orientarão o desenvolvimento de estratégias concretas, como a criação de redes de colaboração e formação transfronteiriças; a promoção de abordagens decoloniais e sustentáveis; o diagnóstico regional de necessidades e processos de escuta constantes; e o estabelecimento de mecanismos vinculativos de cocriação com as comunidades e ambientes próximos. As estratégias buscam gerar políticas culturais e museológicas reivindicativas e reparadoras, que projetem um futuro mais equilibrado, justo e equitativo no diálogo mundial.

Os principais objetivos da Declaração são orientar as políticas museológicas para um modelo contextualizado, participativo e sustentável, em sintonia com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e os desafios contemporâneos, e reforçar o papel do ICOM como articulador de padrões internacionais adaptados aos contextos locais.

Considerando

1. Que os museus são instituições cuja missão fundamental é preservar o patrimônio, fortalecer a memória coletiva e promover uma educação de qualidade. Além disso, desempenhar um papel decisivo no reconhecimento de identidades diversas e na transformação social. Seu impacto está intimamente ligado ao compromisso com esses propósitos, por meio de uma governança participativa, uma gestão ética, o trabalho profissional das suas equipes e a presença ativa das suas comunidades. Na América Latina e no Caribe, essa responsabilidade

é reforçada por convenções internacionais vinculativas, tratados regionais e diretrizes éticas que obrigam aos Estados e as instituições museológicas a garantir a proteção do patrimônio, a diversidade cultural e a sustentabilidade.

2. Que América Latina e o Caribe enfrentam desafios contemporâneos complexos, como a transformação digital, as mudanças climáticas, a fragilidade democrática e política, a distribuição desigual de recursos e as rápidas transformações sociais, econômicas e ambientais, esses desafios exigem uma governança museológica sólida, colaborativa e adaptativa, baseada na transparência, na participação e em alianças multilaterais. No entanto, os museus da região, especialmente aqueles que dependem de orçamentos públicos, enfrentam uma vulnerabilidade estrutural e de gestão devido à sua dependência financeira e política. Essa realidade expõe os museus a riscos como instabilidade governamental, precariedade trabalhista, falta de recursos e autogestão limitada, que comprometem sua autonomia e contradizem os princípios de governança promovidos pelo ICOM. Esses desafios exigem que os museus implementem estratégias de adaptação, acessibilidade universal e participação, em consonância com os propósitos e compromissos locais, regionais, nacionais e internacionais, para garantir a proteção da diversidade e do meio ambiente. Diante dessa realidade, os museus, como agentes de mudança, devem assumir um papel de protagonismo no impulso de soluções inovadoras e adaptadas que contribuam para enfrentar as crises globais.
3. Que a participação ativa e significativa dos povos e comunidades, especialmente dos grupos tradicionalmente marginalizados, é um imperativo ético e um pilar fundamental para garantir a relevância, a

legitimidade e a sustentabilidade dos museus como espaços de diálogo intercultural, cocriação e salvaguarda do patrimônio. Para isso, é necessário reconhecer, proteger e transmitir seus conhecimentos, memórias, inovações e direitos culturais como elementos essenciais e indispensáveis para uma prática museológica ética, inclusiva e transformadora. Os museus devem cumprir com os padrões de direitos humanos que exigem a participação equitativa das comunidades na gestão, interpretação e tomada de decisões. Somente assim os museus poderão se tornar verdadeiras plataformas democratizantes, avalistas dos princípios de acessibilidade universal, capazes de desafiar a ordem hegemônica do conhecimento e promover a cultura, o patrimônio, a justiça social e a cultura da paz.

4. Que a integração regional constitui uma estratégia basilar para fortalecer a resiliência do setor museológico na América Latina e no Caribe e dar visibilidade à museologia local e regional, por meio de redes de colaboração transfronteiriças que promovam conhecimentos e epistemologias locais, abordagens decoloniais, anticoloniais e pós-coloniais, bem como o intercâmbio ético e sistemático de boas práticas. Essa integração promove a cooperação técnica, a mobilidade profissional e a formulação de políticas museológicas inovadoras, o que por sua vez favorece a criação de estratégias compartilhadas de proteção patrimonial e amplia a capacidade dos museus de atuarem como agentes de transformação social e cultural diante dos desafios comuns da região.
5. Que a formação museológica especializada, contínua e acessível constitui a base indispensável para garantir a pertinência social, a sustentabilidade institucional e o impacto transformador dos museus

da América Latina e do Caribe no contexto do século XXI. É urgente impulsionar processos de profissionalização com enfoque ético e contextual, acompanhados de práticas institucionais inovadoras que garantam a equidade e valorizem os conhecimentos e ofícios das equipes que trabalham nos e com os museus, instituições patrimoniais e afins. Uma formação museológica ética, crítica e adaptável, em diálogo permanente com os desafios sociais, culturais e ambientais da região, permitirá aos museus ampliar sua função tradicional e assumir um papel protagonista como agentes de mudança social, articuladores de resistências e espaços democratizadores do patrimônio e da memória coletiva.

Declarações finais

1. Os museus da América Latina e do Caribe, como instituições fundamentais para a preservação do patrimônio, a construção da memória coletiva, a promoção de uma educação de qualidade, a economia, as indústrias criativas e a transformação social, devem se consolidar como espaços de governança transparente, participativa e ética, comprometidos com suas comunidades, com autonomia na gestão, transparência administrativa e modelos sustentáveis que consolidem o apoio público, privado e comunitário. Para isso, é necessário promover políticas culturais, tanto estatais quanto institucionais, juntamente com marcos normativos baseados na participação democrática, em códigos interculturais e no reconhecimento da diversidade de pensamentos, linguagens, crenças, territórios e cosmovisões. Também se pretende promover uma ordem justa e equitativa nos museus, garantir a independência do discurso a partir das diferenças e da diversidade. E estabelecer alianças estratégicas entre os setores público, privado e comunitário, que favoreçam o desenvolvimento sustentável

em contextos plurais. Essa governança transparente, colaborativa e independente garantirá a sustentabilidade, a participação e a autonomia institucional, e cumprirá com as convenções internacionais e regionais que protegem o patrimônio e a diversidade cultural, reafirmando o papel transformador dos museus na sociedade

2. Diante dos complexos desafios contemporâneos que a América Latina e o Caribe enfrentam, como a transformação digital, as mudanças climáticas, a fragilidade democrática e política, a distribuição desigual de recursos e as profundas transformações sociais e ambientais, os museus devem se reafirmar como espaços inclusivos, acessíveis e equitativos, promotores da diversidade cultural e do bem-estar coletivo. Para isso, é essencial promover ações locais que fomentem os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e impulsionem uma governança museológica sólida, ética, colaborativa, adaptativa e baseada na transparência, na inclusão e na construção de alianças multilaterais. Diante das emergências globais identificadas como desafios transversais, os museus são chamados a agir para mitigar os riscos, tanto patrimoniais quanto ambientais; a abordar eticamente a exclusão digital para garantir a equidade no acesso e a se consolidar como espaços de diálogo e reparação diante dos conflitos sociais. Desta maneira, torna-se prioritário integrar abordagens decoloniais, de justiça ambiental, de equidade de gênero e de acessibilidade universal em todas as dimensões da gestão museológica, bem como no registro, conservação, comunicação, educação e participação, a fim de superar as vulnerabilidades estruturais, a dependência financeira e a precariedade trabalhista que comprometem sua autonomia institucional e sustentabilidade. Nesse cenário, os museus da América Latina e do Caribe devem promover soluções inovadoras e

contextualizadas e reforçar seu compromisso com a sustentabilidade integral, o fortalecimento dos laços comunitários e territoriais, o bem-estar coletivo e a criação de espaços de reflexão crítica sobre as crises sociais, culturais e ambientais. Essa disposição, em linha com a missão transformadora dos museus, integra a dimensão local e global, a fim de contribuir para o desenvolvimento de sociedades mais justas, equitativas, sustentáveis e resilientes.

3. Reconhecemos que a participação ativa, inclusiva e protagonista das comunidades, especialmente dos grupos tradicionalmente marginalizados, é um imperativo ético e um pilar fundamental para garantir a legitimidade, relevância e sustentabilidade dos museus. Essa participação deve ser vinculante e transversal, permitindo que as comunidades sejam parte ativa na tomada de decisões dos museus, na gestão museológica e na concepção de abordagens discursivas inclusivas, por meio de mecanismos permanentes de escuta, cocriação e consentimento livre, prévio e informado. Os museus devem se consolidar como espaços seguros, democráticos e culturalmente representativos, por meio de estratégias de acessibilidade física, digital e cognitiva — entendida como a capacidade de compreender, participar e se apropriar dos conteúdos museológicos. Devem também ser espaços de gestão participativa que reconheçam os conhecimentos, as memórias e os direitos culturais das comunidades da América Latina e do Caribe. Além disso, é fundamental estimular o desenvolvimento de programas inclusivos que promovam a participação ativa dos jovens como agentes de transformação e reforcem os laços intergeracionais e comunitários. Os museus devem priorizar projetos curatoriais que abordem a memória da violência e da exclusão e promovam processos de reparação simbólica, bem como uma cultura de paz. Devem

também ser espaços que valorizem a multiculturalidade, que reconheçam e preservem os conhecimentos e epistemologias locais, bem como as expressões e elementos patrimoniais que definem os diversos grupos sociais. Em conclusão, reafirmamos nosso compromisso com uma prática museológica ética, participativa e transformadora, na qual as comunidades sejam protagonistas da construção de espaços de memória coletiva, diálogo intercultural, resistência, justiça social e fortalecimento da cidadania cultural

4. Defendemos o princípio da integração regional como uma estratégia fundamental para fortalecer a resiliência, a inovação e a capacidade transformadora dos museus da região frente aos desafios comuns. Isso pode ser articulado por meio de plataformas colaborativas, projetos curatoriais decoloniais, anticoloniais e pós-coloniais que promovam conhecimentos e epistemologias locais, bem como o intercâmbio sistemático de experiências inovadoras. Essa visão se materializa na criação e consolidação de redes transfronteiriças entre museus, comitês nacionais do ICOM e organizações culturais que promovam o intercâmbio de recursos, conhecimentos, boas práticas, cooperação técnica e experiências inovadoras. Ao mesmo tempo, será necessário impulsionar estratégias coletivas e políticas museológicas regionais que promovam a gestão sustentável, a salvaguarda do patrimônio, a construção de memórias plurais, a mobilidade profissional e a geração colaborativa de conhecimentos. Da mesma forma, defendemos a participação ativa dos museus latino-americanos e caribenhos, bem como de seus funcionários, em encontros internacionais, publicações e repositórios digitais abertos. Estes documentam e divulgam de forma ética as boas práticas e permitem que as vozes, perspectivas e contribuições diversas sejam plenamente reconhecidas e valorizadas

no cenário global. Desta forma, ratificamos o papel fundamental dos museus da região como dinamizadores da mudança social e cultural, articuladores de diálogos interculturais e guardiões críticos dos patrimônios vivos

5. Concordamos em que a formação museológica especializada, contínua e acessível é a base indispensável para garantir a corresponsabilidade institucional, a pertinência social, a sustentabilidade e o impacto transformador dos museus no século XXI. Consideramos prioritário impulsionar processos de profissionalização que integrem abordagens éticas, críticas e contextualizadas, apoiadas por práticas institucionais que garantam a equidade, a adaptabilidade e a participação ativa por meio de intercâmbios, certificações, cursos de extensão, workshops, estágios e voluntariado. Esses programas devem responder aos desafios sociais, culturais e ambientais da região, incorporar conhecimentos e buscar padrões de excelência para o desenvolvimento de competências em sustentabilidade, transparência institucional, resiliência, empatia e democratização do patrimônio. Da mesma forma, o acesso equitativo dos trabalhadores a esses processos é fundamental para consolidar a profissionalização museológica como pilar permanente de excelência, inovação e adaptabilidade do setor diante de cenários de transformação global. Declaramos como prioritária a realização de um diagnóstico regional das necessidades, a criação de um grupo de trabalho do ICOM LAC dedicado à formação, bem como o fomento de programas de certificação, intercâmbio e estágios que garantam a profissionalização contextualizada e ética.

Conclusão

O trabalho iniciado em Re-conexões constitui um avanço significativo para delinear uma museologia crítica, participativa e comprometida com o futuro da região.

A Declaração do ICOM LAC 2025: Museus, governança e sustentabilidade na América Latina e no Caribe simboliza um compromisso coletivo e estratégico para fortalecer significativamente o setor museológico da região. Este objetivo baseia-se em princípios fundamentais como a governança colaborativa, os valores éticos, a sustentabilidade em todas as suas dimensões, a participação ativa das comunidades e a promoção da inclusão social como pilares essenciais. Em um contexto marcado por complexos desafios de natureza social, cultural, política e ambiental, reconhece-se que os museus do continente têm a capacidade única e valiosa de atuar como motores de inovação e transformação. Por meio desses espaços, é possível articular e ressignificar memórias, conhecimentos tradicionais e contemporâneos, bem como promover ações coletivas para construir sociedades mais justas, inclusivas, resilientes e culturalmente diversas.

Esta Declaração é uma ferramenta ativa e dinâmica cujo objetivo é consolidar um âmbito museológico global, inclusivo, sustentável e firmemente dedicado à proteção do patrimônio na América Latina e no Caribe, que garanta e promova os direitos culturais de todas as comunidades. Com essa perspectiva, busca-se não apenas fortalecer a identidade cultural regional, mas também situar os museus como atores fundamentais na criação e no desenvolvimento de iniciativas que abordem de maneira eficaz os desafios presentes e futuros de nossas sociedades.

O presente documento propõe orientações e estratégias para que os profissionais de museus contribuam, a partir de suas respectivas áreas de atuação, para o desenvolvimento de uma Museologia do Sul. O

objetivo dessa abordagem é questionar e reformar as práticas museológicas tradicionais, moldadas em sua maioria por paradigmas eurocentristas, e promover um modelo que responda de forma integral às particularidades socioculturais da região.

Convidamos todos os membros do ICOM LAC e aos funcionários de museus e instituições patrimoniais da região a divulgar esta Declaração. O objetivo é fortalecer e consolidar a Museologia do Sul como uma museologia próxima, solidária, colaborativa, afetiva, reparadora e empática, posicionando-a no contexto global.

Vamos unir esforços para continuar a missão compartilhada de preservar o patrimônio e renovar os museus da América Latina e do Caribe.



SIGNATÁRIOS

Aliança Regional do Conselho Internacional de Museus para a América Latina e o Caribe (ICOM LAC)

- Conselho Diretor

Comitês nacionais ICOM LAC

AMÉRICA ANDINA:

- ICOM Bolívia
- ICOM Colômbia
- ICOM Equador
- ICOM Peru
- ICOM Venezuela

MESOAMÉRICA:

- ICOM Costa Rica
- ICOM El Salvador
- ICOM Guatemala
- ICOM México
- ICOM Panamá

CONO SUL E BRASIL:

- ICOM Argentina
- ICOM Brasil
- ICOM Chile
- ICOM Paraguai
- ICOM Uruguai

CARIBE:

- ICOM Barbados
- ICOM Cuba
- ICOM Haiti
- ICOM República Dominicana



CRÉDITOS

I

Resultados de Re-conexões. Encontro Regional da Aliança ICOM LAC: Museus rumo a Dubai 2025. Santiago do Chile, 21 a 24 de outubro de 2024

II

Declaração do ICOM LAC 2025. Museus, governança e sustentabilidade na América Latina e no Caribe. Dubai, 2025

COMITÊ EDITORIAL E DE REDAÇÃO

Lauran Bonilla-Merchav (ICOM Costa Rica)

Édgar Ernesto González (ICOM Venezuela)

Nathiam Gabriela Vega Rodríguez (ICOM Venezuela)

Coordenadores por mesas de trabalho

GOVERNANÇA

Gabriela Gil (ICOM México)

SUSTENTABILIDADE E INTEGRAÇÃO REGIONAL

María del Carmen Maza (ICOM Argentina)

FORMAÇÃO MUSEOLÓGICA COM ENFOQUE ÉTICO

Armando Gagliardi (ICOM Venezuela)

PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA

Diego Bevilaqua (ICOM Brasil)

Comitês nacionais ICOM LAC

Representantes em Re-conexões

AMÉRICA ANDINA

- Cinthia Giménez (ICOM Bolívia)
- William Gamboa Sierra (ICOM Colômbia)
- Sonia María Merizal de Aguirre (ICOM Equador)
- Rommell Ángeles Falcón (ICOM Peru)
- Armando Gagliardi Radomile (ICOM Venezuela)

MESOAMÉRICA

- Antonieta Sibaja Hidalgo (ICOM Costa Rica)
- Rafael Gustavo Alas Vásquez (ICOM El Salvador)
- Ana Paula Miranda Saavedra (ICOM Guatemala)
- María Gabriela Gil Verenzuela (ICOM México)
- Ana Elizabeth González (ICOM Panamá)

CONE SUL E BRASIL

- María del Carmen Maza (ICOM Argentina)
- Diego Vaz Bevilaqua (ICOM Brasil)
- Leonardo Mellado González (ICOM Chile)
- Ángela María Gloria González Cáceres (ICOM Paraguai)
- Serrana Prunell (ICOM Uruguai)

CARIBE

- Ruth Linton (ICOM Barbados)
- Indira Álvarez Nieves (ICOM Cuba)
- Soraya Eugenia Pérez Gautier (ICOM República Dominicana)

Conselho administrativo

ALIANÇA REGIONAL DO CONSELHO INTERNACIONAL DE MUSEUS PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (ICOM LAC)

- Beatriz Espinoza Neupert, presidenta (ICOM Chile)
- Lauran Bonilla-Merchav, vicepresidenta (ICOM Costa Rica)
- Melissa Campos Solórzano, secretaria (ICOM El Salvador)
- Édgar Ernesto González, tesorero (ICOM Venezuela)
- Serrana Prunell, vocal (ICOM Uruguai)
- Julián Roa Triana, vocal (ICOM Colômbia)
- Nathiam Gabriela Vega Rodríguez, vocal (ICOM Venezuela)



ESPAÑOL
FRANÇAIS
ENGLISH



<https://icom-lac.mini.icom.museum/>



RE-CONEXÕES
Encontro Regional
da Aliança ICOM LAC
Museus rumo a Dubai 2025

ICOM

consejo
internacional
de museos
LAC



BANCO DE DESARROLLO
DE AMÉRICA LATINA
Y EL CARIBE

ICOM

consejo
internacional
de museos

ISBN: 978-9930-00-588-0



9 789930 005880